



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 55/XV/1.^a SL

Aos 12 dias do mês de julho de 2023, pelas 15 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1 – Apreciação e votação da ata n.º 54/XV/1.^a, correspondente à reunião de 5 de julho de 2023;

**2 – Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 807/XV/1.^a \(PCP\)](#) - Reforça os direitos associativos dos militares das Forças Armadas (1.^a alteração à Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto e ao Decreto-Lei n.º 295/2007, de 22 de agosto);
Relator: Deputado Ricardo Lino (PS)**

3 - Fixação da redação final, nos termos do disposto no artigo 156.º, dos seguintes textos aprovados:

- Texto que «Aprova a Lei de Infraestruturas Militares» [\[Proposta de Lei n.º 68/XV/1.^a \(GOV\)\]](#);
- Texto que «Aprova a Lei de Programação Militar [\[Proposta de Lei n.º 69/XV/1.^a \(GOV\)\]](#);

4 – Discussão e votação dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CH, para audição urgente do anterior Ministro da Defesa Nacional e atual Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. João Gomes Cravinho, e da Ministra da Defesa Nacional, Prof.^a Helena Carreiras, a propósito dos factos vindos a público sobre o ex-Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. Marco Capitão Ferreira.

5 - Outros assuntos.

1 - Apreciação e votação da ata n.º 54/XV/1.^a, correspondente à reunião de 5 de julho de 2023

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, como ponto prévio, foi dado nota de que ordem de trabalhos fora alterada, uma vez que estava prevista a audição do Senhor Dr. Marco Capitão Ferreira, aprovada na semana anterior, para prestar esclarecimentos sobre matéria relativa ao exercício das suas funções como Secretário de Estado da Defesa Nacional. Todavia, como era do conhecimento público, no passado dia 7 de julho, o Dr. Marco capitão Ferreira foi exonerado das suas funções como membro do Governo, deixando, por isso, de ter a obrigação de comparecer na Comissão - viria apenas na qualidade de convidado -, e fez chegar à Comissão, na noite



Comissão de Defesa Nacional

anterior, um *e-mail* em que apresentava as razões pelas quais entendia não dever comparecer, *e-mail* que foi distribuído aos Senhores Deputados. Por consequência, foi desmarcada a audição.

Seguidamente, foi apreciada e aprovada por unanimidade, na ausência do PCP e do BE, da ata n.º 54XV/1.ª, correspondente à reunião de 5 de julho de 2023.

2 - Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 807/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Reforça os direitos associativos dos militares das Forças Armadas (1.ª alteração à Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto e ao Decreto-Lei n.º 295/2007, de 22 de agosto)

Os trabalhos prosseguiram com a apreciação do [parecer](#) sobre o Projeto de Lei n.º 807/XV/1.ª (PCP) - Reforça os direitos associativos dos militares das Forças Armadas (1.ª alteração à Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto e ao Decreto-Lei n.º 295/2007, de 22 de agosto), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Ricardo Lino (PS). Após as intervenções do Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) e da Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD), o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

3 - Fixação da redação final, nos termos do disposto no artigo 156.º, dos seguintes textos aprovados:

Neste ponto da ordem de trabalhos, dando cumprimento do disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, procedeu-se à fixação da redação final dos seguintes textos aprovados:

- Texto que «Aprova a Lei de Infraestruturas Militares» [[Proposta de Lei n.º 68/XV/1.ª \(GOV\)](#)], tendo sido aceites por unanimidade, na ausência do PCP e do BE, as sugestões de redação contantes da Informação n.º 42/DAPLEN/2023, de 11 de julho, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, com exceção das seguintes:
 - Título do projeto de decreto - manter a redação aprovada em votação final global;
 - Artigo 8.º, n.ºs 3 e 5 - manter a redação aprovada em votação final global;
 - Artigo 31.º, n.º 4 – não proceder à eliminação deste n.º 4.



Comissão de Defesa Nacional

- Texto que «Aprova a Lei de Programação Militar» [[Proposta de Lei n.º 69/XV/1.ª \(GOV\)](#)], tendo sido aceites por unanimidade, na ausência do PCP, as sugestões de redação inseridas no texto e constantes da Informação n.º 45/DAPLEN/2023, de 11 de julho, com exceção das seguintes:
 - Título do projeto de decreto - manter a redação aprovada em votação final global;
 - Novo artigo 2.º - não fazer a autonomização, manter o n.º 6 do artigo 1.º, na redação aprovada em votação final global;
 - Artigo 18.º, n.º 4 – não proceder à eliminação deste n.º 4.

4 – Discussão conjunta e votação dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CH, para audição urgente do anterior Ministro da Defesa Nacional e atual Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. João Gomes Cravinho, e da Ministra da Defesa Nacional, Prof.ª Helena Carreiras, a propósito dos factos vindos a público sobre o ex-Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. Marco Capitão Ferreira.

Após as intervenções iniciais dos Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Pedro Pessanha (CH), para apresentação dos requerimentos dos Grupos Parlamentares respetivos – [PSD](#) e [CH](#) -, seguiu-se um debate, em que intervieram os Senhores Deputados Francisco César (PS), Rodrigo Saraiva (IL) e Pedro Filipe Soares (BE), além do Senhor Presidente.

Na apresentação do requerimento, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) referiu que, se na semana anterior, subsistiam dúvidas, de então para cá as dúvidas tinham aumentado e incidiam agora sobre dois contratos. Sobre a não realização da audição com o Senhor Dr. Marco Capitão Ferreira, constatou que a sua condição de arguido lhe conferia poderes para recusar a presença na Comissão e que esse era um direito que lhe assistia. Destacou, ainda, que a Senhora Ministra da Defesa Nacional não fizera chegar nenhum dos documentos solicitados a propósito do primeiro contrato, (o de assessoria e acompanhamento à equipa de negociação dos contratos de manutenção relativos aos helicópteros EH-101 da Força Aérea) e, nesse contexto, acrescentou que, além do ex-Secretário de Estado da Defesa Nacional, havia duas pessoas com responsabilidade política nessa matéria: a Senhora Ministra da Defesa



Comissão de Defesa Nacional

Nacional, que validou publicamente os esclarecimentos que lhe foram prestados pelo então Secretário de Estado da Defesa Nacional e que, estando na posse dessa informação, a poderia fornecer ao Parlamento; e o anterior titular da pasta da Defesa Nacional, Dr. João Gomes Cravinho, uma vez que, nas palavras da Ministra, os contratos eram «acontecimentos que a antecediam no tempo». Assim sendo, concluiu dizendo que o PSD requeria, com caráter de urgência, a audição dos dois ministros, a realizar antes da interrupção dos trabalhos parlamentares.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) começou por lamentar a ausência do ex-Secretário de Estado da Defesa Nacional e afirmou que se tornava imperativo que a Senhora Ministra da Defesa Nacional viesse esclarecer todas as questões referentes ao Ministério que tutelava, bem como as razões que a levaram a manter a confiança política no Secretário de Estado, apesar dos antecedentes nunca devidamente esclarecidos. Afirmou igualmente que seria crucial ouvir o anterior Ministro da Defesa Nacional e atual Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Senhor Deputado Francisco César (PS) referiu que ninguém sabia, ao certo, qual a matéria específica que motivara as ações do Ministério Público e a constituição como arguido do ex-Secretário de Estado da Defesa Nacional. Portanto, entendia que havia uma área dos acontecimentos que estava relacionada diretamente com a justiça. Em todo o caso, declarou que o PS mantinha a coerência no tratamento destas questões, ou seja, estava, como sempre esteve, disponível para viabilizar todas as ações que visassem o esclarecimento de dúvidas quanto a responsabilidades políticas e, nesse sentido, iria viabilizar a realização de uma audição conjunta dos dois governantes.

O Senhor Deputado Rodrigo Saraiva (IL) começou por fazer um lamento relativamente ao facto de ter sido recebido na Comissão um *e-mail* do Senhor Dr. Marco Capitão Ferreira, dando conta da sua indisponibilidade para estar presente na audição, e não ter sido logo enviada aos Deputados a explicação dada pelo próprio, até porque o reencaminhamento, nessa manhã, do *e-mail* com os fundamentos continha informação que já lhe tinha chegado na véspera, uma vez que recebera um *print* do *e-mail* do Dr. Marco Capitão Ferreira no WhatsApp. Sobre o teor dos requerimentos, disse acompanhar o PSD e o CH e que, portanto a IL iria votar a favor das audições,



Comissão de Defesa Nacional

explicitando que o tempo da justiça não para o tempo da política e que a famosa frase «à justiça o que é da justiça e à política o que é da política» existia para proteger a justiça e não para proteger a política. Terminou dizendo que havia muito mais para esclarecer no seio da estrutura do Ministério da Defesa Nacional.

Em resposta à observação inicial do Senhor Deputado Rodrigo Saraiva (IL), o Senhor Presidente refutou o lamento feito quanto ao envio *do e-mail* pelo Senhor Dr. Marco Capitão Ferreira, pelo seguinte: o *e-mail* foi enviado à Comissão às 20h23 do dia anterior, os serviços da Comissão avisaram que o *e-mail* tinha chegado, ao que replicou, antes de ler o próprio *e-mail*, que fosse enviado aos Senhores Deputados um *e-mail* dando nota de que a audição não se realizaria, e foi isso que os serviços da Comissão fizeram. Após ter lido o *e-mail*, entendeu que só voltaria a contactar os serviços da Comissão essa manhã, na primeira hora, tendo sido nessa hora reencaminhado o *e-mail* do Dr. Marco Capitão Ferreira. Terminou dizendo que não viu nada de urgente no *e-mail* que justificasse interromper o descanso das pessoas para o enviarem fora de horas e que, se alguém o enviara para a comunicação social, isso ultrapassava-o. Afirmou que era o destinatário do *e-mail* e que tinha a certeza de que da caixa de correio da Comissão ele não saiu. Repetiu que os Senhores Deputados tinham sido imediatamente informados de que a audição não se realizaria, informação que considerou relevante; os fundamentos foram reencaminhados no dia seguinte, logo pela manhã, pouco depois das 9 horas.

Prosseguindo o debate, o Senhor Deputado Pedro Felipe Soares (BE) saudou o PSD e o CH pela apresentação dos requerimentos, referindo que se tinham antecipado à intenção do BE, porque se não o tivessem feito, o BE teria apresentado um requerimento semelhante. Sobre a decisão do ex-Secretário de Estado de não comparecer, considerou que se tratava de uma decisão do próprio, tomada no âmbito de uma previsão legal, pelo que cabia à Assembleia respeitá-la. Considerou, contudo, que a sua não-vinda, tornava ainda mais pertinente a audição quer da atual responsável pela Defesa Nacional quer do anterior, para permitir à Assembleia da República fiscalizar a conduta do Governo na gestão de dinheiros públicos numa área de soberania. Disse, ainda, ter estranhado e não compreender as declarações proferidas pelo Primeiro-Ministro a esse propósito, uma vez que a suspeita de corrupção sobre membros do



Comissão de Defesa Nacional

Governo é uma matéria seriíssima. Questionou, por fim, a condição colocada pelo Grupo Parlamentar do PS de os Ministros serem ouvidos em conjunto, por considerar que estão em causa atos de responsabilização individual e membros do Governo que não partilhavam o mesmo espaço temporal e cuja responsabilidade era sequencial.

O Senhor Deputado Francisco César (PS) retorquiu que se poderia adotar uma de duas atitudes: querer esclarecer ou querer fazer o aproveitamento político da situação. E explicitou que a proposta de realização de uma audição conjunta dos dois Ministros justificava-se porque os requerimentos versavam os mesmos factos e a mesma pasta governativa.

O Senhor Presidente interveio, em benefício da questão, dizendo que não era preciso criar um conflito. Insistiu que era factual que os dois requerimentos versavam os mesmos factos e a mesma pasta governativa, recordando ainda que a Comissão não dispunha de muito tempo, antes da interrupção dos trabalhos parlamentares, para realizar as duas audições.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) sublinhou que o importante era ouvir os dois Ministros até ao final da sessão legislativa, tendo o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) usado da palavra no mesmo sentido, acrescentado apenas que a grelha de tempos de intervenção deveria ser majorada e ajustada ao facto de a audição incluir dois Ministros, o que mereceu a concordância do Senhor Presidente e dos demais. Foram ainda apontadas como datas possíveis para a realização da audição os próximos dias 14, 18 e 19 de julho, atendendo ao calendário dos trabalhos parlamentares da presente sessão legislativa.

No final, submetidos a votação conjunta, os requerimentos dos Grupos Parlamentares do PSD e do CH foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

5– Outros assuntos

No ponto reservado a outros assuntos não se registaram pedidos de palavra.



Comissão de Defesa Nacional

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15 horas e 53 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de julho de 2023.

O Presidente da Comissão,

A handwritten signature in blue ink, which appears to read "Marcos Perestrello". The signature is written in a cursive style.

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Dora Brandão (PS)
Francisco César (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Ricardo Lino (PS)
Adão Silva (PSD)
António Prôa (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
Joaquim Pinto Moreira (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Norberto Patinho (PS)
Sara Velez (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Sá Pereira (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Olga Silvestre (PSD)
João Dias (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Isabel Pires (BE)